



PROJETO DE EXTENSÃO PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: estudos e articulações da rede de atendimento no município de Guarapuava-PR

Área: SERVIÇO SOCIAL

SONEGO, Cristiane

KOLODY, Andressa

Resumo:

Dentre as variadas faces da violência e dos diversos indivíduos que vivenciam, destacamos as exercidas contra crianças e adolescentes, os quais atualmente são percebidos por estudiosos como vítimas “privilegiadas” nessas manifestações. O Projeto de Extensão “Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: estudos e articulações da rede de atendimento no Município de Guarapuava-PR” se propõem a trabalhar a problemática da violência voltada a meninos e meninas com profissionais que atuam junto à área da criança e do adolescente, assim como com pais/responsáveis e as próprias crianças e adolescentes. Para tanto, afirma como proposta central reconhecer a violência contra crianças e adolescentes em Guarapuava, buscando capacitar multiplicadores sociais para identificar e intervir na problemática, numa perspectiva de trabalho em rede, fortalecendo o atendimento integral a estes sujeitos na realidade local. Nesta perspectiva, a metodologia a ser adotada perpassa a realização de estudos na área e a execução de projetos de intervenção, segundo as demandas apresentadas. As ações buscam viabilizar a capacidade dos próprios sujeitos de modificar sua realidade e afirmar o trabalho em rede, incentivando a construção de uma cultura de valorização da infância e da adolescência.

Palavras-chave: Criança e Adolescente. Prevenção. Violência.

1. INTRODUÇÃO

Dentre as variadas faces da violência e dos diversos indivíduos que vivenciam e compartilham suas manifestações, destacamos as exercidas contra crianças e adolescentes, os quais atualmente são percebidos por estudiosos como vítimas “privilegiadas” nessas manifestações.

É fato constatado que o fenômeno vem ganhando visibilidade no cenário nacional, chamando à responsabilidade, principalmente, o Estado, que, diante da repercussão da violência, vem reconhecendo-a como um desafio a ser enfrentado pelos órgãos governamentais.



Além dos órgãos governamentais, a participação da sociedade civil também se faz necessária, haja vista que a violência interfere diretamente na dinâmica das relações interpessoais e na dinâmica das relações sociais mais amplas. Nesse sentido, a violência familiar contra crianças e adolescentes representa um problema de necessária intervenção, pois acarreta diversas conseqüências à vida das crianças e dos adolescente, repercutindo, de forma direta ou indireta, no meio social.

A abordagem da violência exige estratégias que dêem conta não apenas de intervir nos agravos causados por ela, mas, principalmente, prevenir suas manifestações. A prevenção representa a estratégia privilegiada para o combate mais eficaz da produção e/ou reprodução da violência contra crianças e adolescentes, pois inibe a propagação dos atos de violência e, assim, o ciclo de violência. Ela deve se dar através de ações contínuas, que desnaturalizem a percepção da violência como forma de resolver conflitos.

Esta abordagem se torna mais eficaz através da efetivação da proposta de atenção integral às crianças e adolescentes, considerando-se as particularidades do fenômeno na realidade municipal. Isso se torna possível através da formação de redes sociais. Na área da criança e do adolescente, a rede representa as ações integradas entre as diversas instituições e seus profissionais, tendo como prioridade o atendimento integral a estes sujeitos na realidade local.

Nesta perspectiva, este estudo objetiva socializar as intervenções do Projeto de Extensão "Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: estudos e articulações da rede de atendimento no Município de Guarapuava-PR", possibilitando uma reflexão sobre os objetivos propostos e os resultados alcançados.

O referido projeto tem como objetivo principal reconhecer a violência contra crianças e adolescentes no Município de Guarapuava, buscando capacitar multiplicadores sociais para identificar e intervir na problemática, numa perspectiva de trabalho em rede, fortalecendo o atendimento integral a estes sujeitos na realidade local.

Partindo desta proposta central, destaca-se o diagnóstico, através dos espaços de atenção a crianças e adolescentes, as configurações da violência, suas causas e conseqüências; elaboração de subprojetos de prevenção à violência contra criança e adolescentes numa perspectiva de fortalecimento da rede e de continuidade ao atendimento; capacitação de profissionais das instituições que atendem crianças e adolescentes para identificar e



desenvolver ações de prevenção e intervenção nos casos de violência constatados; desenvolvimento de atividades com as crianças e os adolescentes, assim como com seus familiares, buscando afirmar a importância do convívio familiar e a superação dos atos de violência; promoção da integração entre instituições, famílias e comunidades, estimulando a participação destes no combate à violência, promovendo a construção coletiva de conhecimentos, e proporcionar espaços de discussão e reflexão para os acadêmicos, e, assim, a construção de conhecimentos e de ações, numa perspectiva multiprofissional e interdisciplinar.

Sendo assim, o projeto se propõe a realizar estudos e intervenção junto ao fenômeno da violência contra crianças e adolescentes no Município de Guarapuava, privilegiando a prevenção através da articulação de diferentes áreas da criança e do adolescente e os diferentes atores sociais. De forma geral, acreditamos que assim como a violência é construída socialmente, ela pode ser também “desconstruída”. Essa desconstrução torna-se possível através de ações de prevenção, bem como de estratégias que viabilizem e que fortaleçam o trabalho em rede.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A violência revela-se, atualmente, como um fenômeno que se dissemina no meio social, em suas variadas formas, atingindo um número expressivo de pessoas, sem distinção de sexo, raça/etnia, condição sócio-econômica, religião ou idade.

Contudo, são as crianças e os adolescentes as vítimas mais frequentes das expressões da violência, isso justificado, entre outros aspectos, pela fragilidade desses sujeitos. Muitos são os relatos de meninos e meninas que são, cotidianamente, submetidos às mais diversas e dolorosas manifestações de violência – física, psíquica e emocional – em todo o cenário do mundo.

No Brasil, ainda que amparados por um Estatuto próprio, afirmando em seu artigo 5º que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p.02), e,



dessa forma, caracterizando como sujeitos de direitos, cidadãos, pessoas em desenvolvimento e por isso prioridade absoluta, fato constatado é que

O espectro da violência tem pairado sobre a sociedade brasileira, atingindo, de forma injusta e cruel, crianças e adolescentes indiscriminadamente, seja nas ruas ou nos logradouros públicos durante a calada da noite, seja em seus lares na forma de maus-tratos, espancamentos, torturas e abusos sexuais, seja nas escolas ou instituições em que, estigmatizados e marginalizados, constroem-se na revolta e resistência ao sistema que os prostitui. (ROURE, 1996, p.15).

O que fica evidente nessa afirmação é a amplitude com que a violência se apresenta na vida de meninos e meninas em nossa sociedade, bem como que são vastas as formas com que pode se manifestar a violência dirigida a esses sujeitos, refletindo aspectos históricos, culturais, estruturais e conjunturais.

Diante dessa realidade, as crianças e os adolescentes podem ser **vitimados** pelas condições sócio-econômicas apresentadas em nossa conjuntura atual, ou, ainda, **vitimizados** nas relações interpessoais – onde prevalece o abuso de poder do adulto sobre estes sujeitos, podendo ocorrer independentemente da situação sócio-econômica vivida, como afirmam Azevedo e Guerra (2000).

No que se refere a **vitimização**, podemos destacar a violência familiar, a qual representa uma de suas expressões mais marcantes, pois se manifesta em um ambiente que ideologicamente é afirmado como espaço de amor e segurança para os seus membros.

Destarte, a violência, independentemente do âmbito onde ocorra, traz graves danos à vida de quem a sofre, refletindo nas relações sociais cotidianas e, principalmente, no aspecto subjetivo dos indivíduos, possibilitando, muitas vezes, a perpetuação dos atos violentos.

Enquanto expressão da questão social, as diversas manifestações da violência têm exigido ações que vislumbrem não apenas a intervenção nos casos denunciados, mas, principalmente, ações que afirmem a prevenção da problemática – em suas dimensões primária, secundária e terciária.

Para tanto, afirma-se a necessidade de criar estratégias de enfrentamento do fenômeno a partir da consideração de suas particularidades na realidade municipal e isso se torna possível através da formação de redes sociais. A construção de rede de atendimento mostra-se como “[...] alternativa necessária de enfrentamento das manifestações da exclusão social” (BOURGUIGNON, 2007, p.246).



A rede representa a agregação de várias instituições em torno de um interesse comum. Ela deve ser pensada em sintonia com a realidade local, com a cultura de organização social, com a sociedade civil organizada (ativa e participativa).

O trabalho em rede sugere a idéia de articulação, conexão, vínculo, ações complementares, relações horizontais entre os parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco social ou pessoal.

Na área da infância e da adolescência, a rede representa o “[...] conjunto integrado de instituições governamentais, não governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa” (HOFFMANN et al, 2000, p.6).

A intervenção em rede prioriza que

[...] repensar o direcionamento das ações das políticas públicas destinadas à família, criança e adolescente exige enfrentar o desafio de, a partir do princípio de intersetorialidade, construir redes intersetoriais capazes de responder as demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos fundamentais destes segmentos cada vez mais empobrecidos material e culturalmente pelo processo sócio histórico de exclusão social (BOURGUIGNON, 2007, p.251).

A intervenção integrada entre os profissionais inseridos nessa proposta se torna fundamental, além disso, consideramos importante que as ações desenvolvidas sigam uma perspectiva multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, criando, de fato, uma rede de proteção às vítimas da violência.

3. METODOLOGIA

A metodologia proposta pelo presente projeto perpassa as perspectivas de conhecer, refletir e re-significar a realidade da violência e questões subjacentes a esta. Neste sentido, o projeto de extensão tem como proposta atuar através de subprojetos desenvolvidos pelos acadêmicos do curso envolvido com o intuito de desvelar a realidade captando as suas múltiplas determinações.

Este caminho metodológico se constitui de alguns princípios fundamentais, tais como: o respeito à realidade de cada universo a ser abordado e, também, o conhecimento dos



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



sujeitos envolvidos; o trabalho cooperativo entre a equipe do projeto de extensão e os participantes da comunidade/instituições/sujeitos, que contribua para um processo dialógico de enriquecimento da dinâmica das relações sociais e também, especificamente, da formação profissional e pessoal dos acadêmicos e professores envolvidos, e a articulação entre as diferentes políticas sociais que envolvam o atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

A partir desses princípios, o projeto de extensão se constituirá de duas etapas inter-relacionadas que são: **intervenção social** e **produção de conhecimentos** específicos sobre os temas que venham a ser trabalhados.

No que se refere à **intervenção social**, tem-se como proposta a realização de oficinas, palestras, encontros, capacitações entre outras atividades que surgirem de cada demanda social, considerando as especificidades dos sujeitos envolvidos, ou seja, profissionais, pais/responsáveis e crianças e adolescentes. Estas atividades serão elaboradas através de projetos de intervenção que abordarão, direta ou indiretamente, a problemática da violência contra crianças e adolescentes.

Sobre a **produção de conhecimento**, serão realizados estudos e seminários sobre o assunto, bem como, será estímulo aos alunos a produção de materiais científicos referentes ao campo específico.

Assim, a produção de conhecimento possibilita a ampliação das ações profissionais e estimula a equipe à promoção da troca de conhecimentos e experiências entre a população abordada e a equipe durante o desenvolvimento do projeto, o que é fundamental para viabilizar as diretrizes da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente.

Portanto, o projeto de extensão visará desenvolver atividades de caráter sócio-educativo com vistas a promover a identificação, notificação e prevenção da violência e/ou outras questões advindas da demanda social a serem trabalhadas nas instituições a serem abordadas.

O processo de avaliação ocorrerá durante toda a execução do projeto, especialmente nas reuniões da equipe com as instituições envolvidas. Desta forma, as avaliações ocorrerão de forma parcial, ao final de cada ação desenvolvida, bem como, será realizada uma avaliação final, objetivando sistematizar os principais aspectos levantados durante toda a execução do projeto.



4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

As atividades do Projeto de Extensão iniciaram-se em maio de 2011, tendo como ações primeiras a formação da equipe e, conseqüentemente, o estabelecimento de reuniões para discutir os múltiplos determinantes que envolvem a problemática da violência contra crianças e adolescentes.

A aproximação dos acadêmicos com a realidade empírica, somada a leitura de bases teóricas e legais, proporciona a constante e necessária relação entre teoria e prática, o que deve torna o trabalho mais coerente e eficaz.

As primeiras atividades desenvolvidas junto à comunidade referem-se à abordagem do dia 18 de maio. Assim, em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (dia 18 de Maio), a equipe do Projeto de Extensão desenvolveu subprojetos de intervenção que tiveram como objetivo divulgar a data e criar espaços de discussão e reflexão sobre o tema violência contra criança e adolescente, destacando a exploração sexual contra esses sujeitos. Essas ações se deram em dois espaços, sendo o primeiro o Colégio Estadual Dulce Maschio e o segundo a Universidade Estadual do Centro Oeste.

No Colégio, foram abordados os alunos do ensino fundamental de 5ª e 6ª séries, perfazendo um total 180 alunos, entre 09 e 12 anos de idade. Considerando as características deste grupo de alunos, foram desenvolvidas dinâmicas para divulgação dos direitos das crianças e dos adolescentes, para discussão sobre as violações destes direitos, bem como para refletir sobre a violência contra esses sujeitos, em especial, a violência sexual. A aproximação da equipe junto aos alunos, através do subprojeto de intervenção, constituiu um momento de sensibilização à temática.

Na sequência, as ações desenvolvidas foram veiculadas aos meios de comunicação, televisivo e escrito. Sendo assim, através da parceria com a Coordenadoria de Comunicação da Universidade Estadual do Centro-Oeste e com o jornal Diário de Guarapuava, as atividades desenvolvidas junto aos alunos foram noticiadas no dia 18 de maio, não apenas informando a população guarapuavana sobre a data, mas apresentando a efetiva participação das crianças e dos adolescentes nesta discussão.



Em se tratando das ações desenvolvidas na Universidade Estadual do Centro Oeste, estas tiveram como parceria o Núcleo de Estudos de Defesa do Direito da Infância e da Juventude (NEDIJ) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Neste momento, a equipe divulgou informações por meio de panfletos – que explicavam o significado da data e divulgavam os canais de denúncia, e cartaz – que abordava a problemática e os canais de denúncia.

A atividade se deu através de abordagens diretas com os acadêmicos, futuros profissionais que, direta ou indiretamente, poderão atuar junto às crianças e aos adolescentes e, assim, identificar e intervir em casos de violência. Além dos acadêmicos, as ações atingiram também os professores e os funcionários da instituição.

Através da exposição dos cartazes e da entrega dos panfletos a equipe conseguiu chamar a atenção da comunidade acadêmica da UNICENTRO para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, isto porque, as pessoas relataram casos, questionando sobre as formas de denúncia da violência e, inclusive convidando a equipe para realizar uma capacitação em outro momento para um grupo específico.

Além disso, foram apresentados vídeos, desenvolvidos pela equipe do projeto, com reflexões sobre a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes – informações passadas por meio de fotos, letras de músicas, dados estatísticos e canais de denúncia. Estes vídeos foram exibidos momento de chegada dos acadêmicos e servidores na Universidade e intensa movimentação de pessoas, em espaços de convivência da instituição. Apesar de ser o horário de entrada dos acadêmicos e funcionários, observamos várias pessoas atentas ao conteúdo dos vídeos e algumas demonstraram interesse solicitando os mesmos para usarem em seus locais de trabalho, sendo assim, a ação sensibilizou a população acadêmica sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, considerando a proposta de mobilização do dia 18 de maio.

Em virtude desta ação, a equipe do projeto foi convidada a ministrar uma palestra no Albergue Frederico Ozanam sobre violência contra crianças e adolescentes, junto à comunidade que reside em seu entorno. Esta ação envolveu cerca de 20 pessoas, entre jovens, adultos e idosos, de ambos os sexos. A palestra foi desenvolvida partiu de uma discussão mais ampla sobre violência, sensibilizando os participantes sobre a naturalização da violência em



nosso cotidiano, além de destacar as crianças e os adolescentes enquanto sujeitos mais vulneráveis à violência.

Tratando deste assunto, em específico, a equipe buscou interagir com os participantes abordando aspectos relacionados à vitimização de crianças e adolescentes. A ação dialógica possibilitou a manifestação de relatos e representações sobre a problemática e a troca de experiências, possibilitando ao grupo pensar e repensar a violência contra meninos e meninas, em especial quando esta violência ocorre no âmbito familiar.

Vale ressaltar que quando a equipe do projeto abordou a violência familiar contra crianças e adolescentes, alguns membros do grupo participante relataram considerar a palmada como uma estratégia eficiente de educação. Outros membros, no entanto, discordaram desta visão e afirmaram acreditar existir outras formas de educar. O resultado desta discussão foi a reflexão sobre as alternativas de educar sem violência, alternativas estas levantadas pelo próprio grupo, mediado pela equipe.

Ao final da palestra, a equipe do projeto de extensão distribuiu uma cartilha contendo informações básicas sobre a problemática da violência e sobre os canais de denúncia.

Outra ação desenvolvida com a comunidade foi a participação da equipe do projeto no Movimento Nós Podemos Paraná, que busca incentivar e divulgar ações que estejam envolvidas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Através da proposta lançada pelos organizadores da ação em Guarapuava, o projeto de extensão abordou a comunidade guarapuavana repassando informações sobre a violência contra crianças e adolescentes e sensibilizando a população sobre a importância da denúncia de casos suspeitos ou constatados, para tanto, foram divulgadas as instituições para as quais as denúncias devem ser realizadas.

Posteriormente, a proposta do projeto de extensão foi apresentada no 4º Congresso Nós Podemos Paraná, realizado em Curitiba. Este Congresso reuniu projetos apresentados nas mostras regionais de todo o Estado. Dentro da proposta do evento, os projetos foram apresentados em uma mostra dialogada, destacando a importância dos trabalhos desenvolvidos para a efetivação dos objetivos eleitos como centrais para o desenvolvimento da sociedade neste milênio.

Outras ações são vislumbradas pela equipe do projeto, entre elas a continuação de atividades com crianças e adolescentes, a realização de atividades com pais/responsáveis e



com profissionais que atuam na área da criança e do adolescente, bem como, a realização de ações com a comunidade, uma em especial, relacionada ao combate da exploração sexual comercial que ocorre nas rodovias que cortam o município.

5. CONCLUSÕES

Entendemos que as ações realizadas pelo Projeto de Extensão podem contribuir, através da valorização da capacidade dos próprios sujeitos de modificar sua realidade e, também, da formação de trabalhos intersetoriais e interdisciplinares, com a construção de uma cultura de valorização da infância e da adolescência.

Compreendemos o conhecimento como construção histórica e social e que a relevância da teoria se dá a partir da sua validação em contato com a prática; a extensão universitária revela-se como uma área não apenas de aproveitamento dos conhecimentos produzidos cientificamente, mas, principalmente, como espaço privilegiado de diálogo com a sociedade e configurador da práxis.

A aproximação dos docentes e dos acadêmicos envolvidos no Projeto junto às diversas manifestações da realidade proporciona uma re-leitura desta, a captação de elementos sob visões diferenciadas e, assim, a construção de conhecimentos e propostas mais amplas e próximas da mesma.

As ações desenvolvidas até o momento reafirmam a necessária intervenção e, conseqüentemente, a construção de saberes sobre o assunto. Ao construir espaços de troca de informações e de discussão, o projeto busca levar os sujeitos a refletirem sobre seus papéis na luta contra a violência dirigida a crianças e adolescentes, sobre as possíveis formas de ação e as bases de apoio, bem como busca dar voz aos sujeitos, principalmente às crianças e os adolescentes, fortalecendo-os enquanto sujeitos de direitos, protagonistas sociais, enquanto cidadãos capazes de pensar e recriar a realidade.

As ações realizadas também têm apontado novas demandas, entre elas a necessidade de realizar atividades no espaço escolar (junto aos alunos e seus pais/responsáveis), capacitação dos acadêmicos da Universidade sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes e as propostas de intervenção nela, além de convites para palestras em instituições e na comunidade, entre outras.



Acreditamos que a percepção da criança e do adolescente como seres de menor valor e, conseqüentemente, a situação de desrespeito vivida por esses sujeitos no contexto nacional e internacional, só será superada quando esses sujeitos forem percebidos, pela sociedade e pelo Estado, como atores sociais que, enquanto cidadãos, constroem sua história, que têm potencialidade para decidir e interferir nos problemas que fazem parte da realidade onde estão inseridos. Para tanto, faz-se necessária uma “evolução do pensamento”, tanto dos membros da sociedade como dos representantes governamentais; ou seja, ultrapassar os mitos e as concepções reducionistas passados historicamente de geração para geração, proporcionando e concretizando um pensamento que concebe as crianças e os adolescentes como cidadãos – sujeitos participantes dos fatos sociais e políticos, e não apenas espectadores destes -, como criadores e modificadores de sua própria história e da história do mundo.

Partindo desta compreensão, as ações desenvolvidas pela equipe do Projeto de Extensão devem obedecer a um único propósito, o da construção de uma cultura de direitos para a infância e a adolescência, e sua valorização enquanto pessoas, com opiniões e sentimentos.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio recusado em São Paulo?. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (orgs). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: Cortez, p.228-304, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília. D. F., Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social, 2002.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estabelece sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BOURGUIGNON, J. A. Concepção de Rede Intersetorial de Atendimento à Criança e Adolescente. In: LAVORATTI, C. (org). **Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência: o germinar de uma experiência coletiva**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, p.245-251, 2007.



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



HOFFMANN, C. F. M.; BOURGUIGNON, J.; TOLEDO, S. e HOFFMANN, T. **Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente**. Núcleo de Estudos sobre a questão da criança e do adolescente. Ponta Grossa/ Pr: UEPG, 2000.

ROURE, G. Q. **Vidas silenciadas**: a violência com crianças e adolescentes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. (Coleção Momentos).